



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

DANIELE CALÍOPE BARBOSA

**COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE BRASIL E ALEMANHA: UMA
ANÁLISE DO PROJETO DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES
PARA A GESTÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA (2011-2014)**

**JOÃO PESSOA
2022**

DANIELE CALÍOPE BARBOSA

**COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE BRASIL E ALEMANHA: UMA ANÁLISE DO
PROJETO DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES PARA A GESTÃO
AMBIENTAL NA AMAZÔNIA (2011-2014)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Profa. Ma. Thalita Franciely de Melo Silva

**JOÃO PESSOA - PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B238c Barbosa, Daniele Caliope.
Cooperação técnica entre Brasil e Alemanha [manuscrito] :
uma análise do projeto desenvolvimento de capacidades para
a gestão ambiental na Amazônia (2011-2014) / Daniele
Caliope Barbosa. - 2022.
35 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações
Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas , 2022.

"Orientação : Profa. Ma. Thalita Franciely de Melo Silva ,
Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Cooperação internacional. 2. Cooperação técnica
internacional. 3. Brasil. 4. Alemanha. 5. Meio ambiente. I. Título
21. ed. CDD 327.17

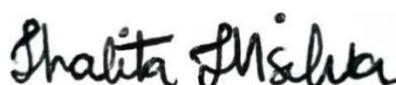
DANIELE CALÍOPE BARBOSA

COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE BRASIL E ALEMANHA: uma análise do projeto Desenvolvimento de Capacidades para a Gestão Ambiental na Amazônia (2011-2014)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: 31/03/2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Thalita Franciely de Melo Silva
(Orientadora) Universidade Estadual da Paraíba
(UEPB)

**Luiza Rosa Barbosa de
Lima**

Assinado de forma digital por Luiza Rosa Barbosa de Lima Dados: 2022.03.31 11:41:17 -03'00'

Prof(a). Dra. Luiza Rosa Barbosa de Lima
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof(a). Me. Thays Felipe David de Oliveira
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO	7
3	COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL	11
4	COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL ENTRE BRASIL E ALEMANHA	15
5	PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASIL-ALEMANHA (2011–2014) “DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES PARA A GESTÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA”	21
4	CONCLUSÃO	28
5	REFERÊNCIAS	30

COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE BRASIL E ALEMANHA: UMA ANÁLISE DO PROJETO DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES PARA A GESTÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA (2011-2014)

RESUMO

As mudanças no cenário mundial, durante os anos de 1940–50, contribuíram para a expansão da cooperação internacional, tornando-se parte fundamental da política externa dos Estados e das relações internacionais entre atores estatais e não estatais. Nesse cenário, a cooperação técnica internacional configurou-se como um instrumento auxiliar na promoção do desenvolvimento nacional e, principalmente, um mecanismo de estreitamento das relações entre Brasil e Alemanha. Isto posto, o presente artigo objetiva analisar o Projeto de Cooperação Técnica “Desenvolvimento de Capacidades para a Gestão Ambiental na Amazônia”, firmados entre Brasil e Alemanha entre os anos de 2011–2014. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa exploratória e de natureza básica. Além disso, a abordagem é qualitativa com a utilização de procedimento técnico bibliográfico e documental. A partir das ações desenvolvidas nos eixos temáticos e nas linhas de apoio, é possível concluir que a cooperação técnica internacional entre Alemanha e Brasil contribuiu para identificar as fragilidades na conservação das florestas tropicais brasileiras, principalmente a Amazônia. Ademais, as ações empreendidas no projeto demonstram a coordenação dos instrumentos e das políticas para alcançar um uso mais sustentável e eficiente da Amazônia.

Palavras-chaves: Cooperação internacional; Cooperação técnica internacional; Brasil; Alemanha; meio ambiente.

ABSTRACT

Changes in the world scenario during the 1940s and 50s contributed to the expansion of international cooperation, becoming a fundamental part of States' foreign policy and international relations between State and non-State actors. In this scenario, international technical cooperation was configured as an auxiliary instrument in the promotion of national development and, mainly, a mechanism for strengthening relations between Brazil and Germany. That said, this article aims to analyze the Technical Cooperation Project “Capacity Development for Environmental Management in the Amazon”, signed between Brazil and Germany between the years 2011-2014. As for the methodology, it is an exploratory research of a basic nature. In addition, the approach is qualitative with the use of a bibliographic technical procedure. From the actions developed in the thematic axes and in the support lines, it is possible to conclude that the international technical cooperation between Germany and Brazil contributed to identify the weaknesses in the conservation of Brazilian tropical forests, mainly the Amazon. Furthermore, the actions undertaken in the project demonstrate the coordination of instruments and policies to achieve a more sustainable and efficient use of the Amazon.

Keywords: International cooperation; International technical cooperation; Brazil; Germany; environment.

INTRODUÇÃO

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) surgiu no cenário pós-guerra, nas décadas de 1940–50, com a finalidade de contribuir com o desenvolvimento econômico e político, bem como na busca de um ambiente internacional pacífico. À medida que a cooperação internacional se aprofundava, durante a Guerra Fria, sua complexidade também aumentava, uma vez que incluía as mais diversas relações entre os múltiplos e distintos atores internacionais.

A CID pode ser definida, segundo Sánchez (2002), como a promoção do estímulo ao desenvolvimento econômico e social de países menos desenvolvidos. Acresce-se ainda, que pode ser considerada uma unidade de análise que conta com diversos elementos: os agentes, as interações e dinâmicas estabelecidas por eles e a própria estrutura de poder (ÁYLLON, 2013).

Ressalta-se que, a partir de 1980, a agenda dos Estados passa a incluir, de modo mais sistemático, as questões ambientais, como o desenvolvimento sustentável, a redução da emissão de carbono e os meios para a agricultura sustentável. O Brasil, representa 67% das florestas tropicais do mundo¹, tornando-se o país mais visado para promover a sustentabilidade e, principalmente, reduzir o desmatamento, assim como um dos maiores recebedores de cooperação técnica para essa agenda (IMAZON, 2020).

Nesse cenário, o Brasil tem buscado ampliar a cooperação técnica internacional em questões de meio ambiente. Como exemplo, cita-se o Projeto Desenvolvimento de Capacidades para a Gestão Ambiental na Amazônia (2011-2014). Este acordo contribuiu para a consolidação de programas e projetos, adensando a cooperação bilateral entre as partes. A partir do exposto, questiona-se: Como as ações do Projeto Desenvolvimento de Capacidades para a Gestão Ambiental na Amazônia contribuíram para a conservação das florestas tropicais brasileiras?

O presente artigo objetiva analisar o Projeto de Cooperação Técnica “Desenvolvimento de Capacidades para a Gestão Ambiental na Amazônia”, firmados entre Brasil e Alemanha entre os anos de 2011–2014. Ademais, busca-se apontar os resultados e os desafios desse projeto para o processo de uma construção sustentável da gestão e do monitoramento na floresta tropical brasileira.

¹ Disponível em: <https://amazon.org.br/imprensa/a-amazonia-em-numeros/>.

Em relação à justificativa, a escolha do tema se deu devido à crescente relevância da temática em fóruns internacionais e na agenda doméstica do Brasil. A parceria técnica com a Alemanha acaba refletindo para outros setores e para a comunidade internacional, de tal forma que os resultados decorrentes do projeto foram mostrados em reuniões do Grupo dos 20², Organização das Nações Unidas, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, contribuindo para a formulação de novos projetos que auxiliem o país a alcançar o desenvolvimento sustentável e a melhora em sua gestão ambiental.

Em relação à metodologia, trata-se de uma pesquisa exploratória, visto que objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema, como forma de abranger o conhecimento acerca da cooperação técnica entre Brasil-Alemanha, seus significados e contextos. Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa básica, pois tem a finalidade de gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista (GERHARTD; SILVEIRA, 2009). A abordagem é qualitativa, já que explana os significados com base nas descrições e interpretações das fontes pesquisadas. Ademais, utilizou-se do procedimento técnico bibliográfico e documental com a utilização de livros, projetos, artigos científicos e documentos oficiais do governo do Brasil.

Para tanto, este trabalho se dividirá em quatro partes. A primeira abordará a evolução do entendimento sobre a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, bem como seu surgimento e as questões históricas que resultaram em novos entendimentos e em arranjos internacionais entre os mais diversos atores. A segunda discorrerá sobre as transformações decorrentes da utilização do termo “ajuda/assistência internacional” para cooperação técnica internacional.

A terceira parte concentra-se na análise da cooperação técnica entre Brasil-Alemanha, descrevendo as parcerias e os principais órgãos de execução da cooperação que contribuíram para as primeiras experiências no que se refere ao meio ambiente, particularmente as florestas tropicais. Por fim, a última parte se dedicará à análise do Projeto de Cooperação Técnica “Desenvolvimento de Capacidades para a Gestão Ambiental na Amazônia”, realizados entre 2011 à 2014.

² Grupo dos 20, é um grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais da dezenove maiores economias do mundo mais a União Europeia.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO

As mudanças no cenário mundial durante os anos de 1940–50 contribuíram para a expansão da cooperação internacional, tornando-se parte fundamental da política externa dos Estados e das relações internacionais entre atores estatais e não estatais. Na literatura em Relações Internacionais, o termo “cooperação” possui múltiplas definições, podendo ser compreendida a partir das mais diversas áreas, desde o comércio até questões de segurança e meio-ambiente.

Segundo Sánchez (2002), a cooperação é um conjunto de ações desenhadas e executadas por atores públicos e privados de países distintos, que buscam promover um progresso mais justo e equilibrado do mundo, de modo a construir um planeta mais seguro e pacífico. De acordo com Sato (2010, p. 46), a cooperação internacional seria, então, uma combinação de trabalho entre governos e instituições com o intuito de desenvolver padrões comuns e formular programas para a sociedade ou para a comunidade internacional.

Por ser um termo polissêmico, muitos utilizam “ajuda oficial/humanitária” ou “ajuda ao desenvolvimento” como sinônimos de cooperação internacional. Desse modo, como traz Afonso e Fernandes (2005), o primeiro serviria como uma resposta a curto prazo em emergências, podendo envolver a distribuição de bens de primeira necessidade e o salvamento de vidas para reduzir os estragos causados por situações, como, por exemplo, desastres naturais. Já o segundo, conforme Ferreira (2014), se caracteriza pela transferência de recursos financeiros dos países do Norte (desenvolvidos) para o Sul (em desenvolvimento) com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento econômico.

Segundo Leite *et al.* (2018), a cooperação internacional adquire robustez quando passa a ser constituído como um campo de ação direcionado para as novas demandas e necessidades relativas ao desenvolvimento. Desse modo, intitula-se como Cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) as ações dos governos e das organizações da sociedade civil de países distintos para gerar um progresso mais equilibrado na comunidade internacional. A CID, portanto, é a promoção do estímulo ao desenvolvimento econômico e social de países menos desenvolvidos (SÁNCHEZ, 2002).

O período pós II Guerra Mundial é apontado, conforme Leite *et al.* (2018), como a gênese da CID ao referir-se ao Plano Marshall oriundos dos Estados Unidos

(EUA), como primeiro exemplo de incentivo financeiro destinado à reconstrução da Europa. A política proposta pelo plano tinha como base os interesses do país doador, deixando à margem as reais necessidades das nações recipiendárias. Nesse período, acreditava-se que o desenvolvimento seria alcançado a partir do crescimento econômico mediante a intervenção do Estado, corroborado com as políticas econômicas disseminadas no período como a proposta keynesiana.³

O plano foi possível devido ao sistema de Bretton Woods, o acordo firmado entre 44 países, tinha como fundamento a reconstrução do capitalismo mundial a partir de um sistema de regras que instituíssem a política econômica internacional, entre os países que entraram nesse acordo havia a Alemanha que por precisar se reconstruir aceitou os termos como o padrão-dólar (BARRETO, 2009).

Desta maneira, os EUA recuperariam um importante parceiro comercial, além de ganhar uma expansão da influência frente à União Soviética e ao comunismo (TAMAZI, 2017). Todavia, a promoção do crescimento e do desenvolvimento dos países europeus, bem como o gerenciamento dos recursos advindos do Plano Marshall só foram possíveis com a criação, em 1948, da Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE) que, após 1961, passou a se chamar Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Nessa época, ainda é possível observar o surgimento de outros órgãos, como o Banco Mundial, em 1944 e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 1965, que produziu um espaço para os outros continentes não-europeu se integrarem para promover o desenvolvimento e erradicar a pobreza. Isso permitiu uma maior promoção do alcance da CID para os mais diversos países ao redor do mundo.

No âmbito da ONU, a evolução da agenda da CID pode ser observada, em um primeiro momento, mediante ao estabelecimento de políticas econômicas keynesianas voltadas para o crescimento do PIB dos países em desenvolvimento. Durante a década de 1960, questões como o bem-estar individual não eram prioritárias para os Estados, tendo sido inseridas somente na década seguinte, após uma intensa reorganização mundial, particularmente, devido à formação de novos Estados e ao forte processo de descolonização em continentes como a África.

³ Também reconhecida como a “revisão da teoria liberal”, a proposta tem como intuito de evitar a retração econômica e garantir a estabilidade empregatícia do país, o Estado deveria intervir na economia, sempre que necessário.

A década de 1980 marca a inclusão na agenda da CID de temas como segurança alimentar, comércio internacional, industrialização e meio ambiente. Isso evidencia a mudança de entendimento direcionada apenas no crescimento econômico para enfatizar as reais necessidades dos países em desenvolvimento mesmos (LEITE *et al.*, 2018).

Já em meados da década de 1990, a CID passou a incluir questões como a erradicação da pobreza e a sustentabilidade ambiental. Para Alves (1997), a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, realizada em Copenhague no ano de 1995, marca, pela primeira vez, a importância para as questões sociais, conferindo como objetivos de alta prioridade.

Durante o período da Guerra Fria, a CID foi baseada na expansão da influência e da seguridade nacional de dois grandes atores, os EUA e a União Soviética. Assim, a conjuntura geopolítica da divisão bipolar do mundo pela guerra propiciou uma relação desigual entre os países, implicando em um processo orientado pelos interesses dos países doadores (AYLLÓN, 2007). É válido ressaltar que, inicialmente, a CID se caracterizou, pela verticalidade da relação entre doadores e receptores (LEITE *et al.*, 2018), isto é, em uma concepção mais tradicional de cooperação vertical em que a cooperação tem o aspecto de “caridade” do país doador.

Por conseguinte, a relação vertical entre o doador e o receptor é uma relação de dominação, que perdurou durante a Guerra Fria. Além disso, nesse período, a CID não tentava transformar o *status quo* do país receptor, mas apenas melhorar as questões de infraestrutura, solucionando temporariamente o problema sem considerar as suas causas, que são, muitas vezes, seculares (SÁNCHEZ, 2002).

O fim da Guerra Fria caracterizou a quebra de uma visão tradicional e única, baseada apenas nas questões econômicas como o marco do desenvolvimento para uma abordagem multidimensional. Isso significa que, os países desenvolvidos, tradicionalmente doadores, começaram a formar novas formas da CID, não apenas financeira. Além disso, os países em desenvolvimento passaram a cooperar entre si no intuito de atingir objetivos comuns ou individuais por meio do intercâmbio de experiências, conhecimentos, habilidades e/ou recursos.

Dessa forma com seu término, a CID passa a se basear em uma relação mais igualitária entre os países receptores e os doadores. Isso ocorre, especialmente, em virtude das mudanças nas agendas dos atores estatais e não estatais, que

passaram a reconhecer cinco pilares do desenvolvimento, sendo: a paz como seu fundamento, o desenvolvimento econômico como a base para o progresso, a sustentabilidade ambiental, a justiça social e a democracia (MILANI *et al.*, 2014).

Nesse sentido, a CID, então, pode ser compreendida como um sistema que articula a política dos Estados e atores não governamentais, difundindo a crença de que a promoção do desenvolvimento em bases solidárias seriam soluções desejáveis para as desigualdades geradas no plano internacional (MILANI, 2012). Para Sánchez (2002), o “público-alvo” da CID seriam os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

Dessa maneira, participam da CID uma rede de organizações (inter)nacionais de natureza pública/privada, atores estatais e não estatais, como: organizações internacionais, organizações não-governamentais, organizações não-governamentais internacionais, governos e agências nacionais e subnacionais, e organizações da sociedade civil (ROSA, 2015). Estes atores integrariam um “sistema internacional de cooperação”, em que seria possível a introdução de mudanças no âmbito político, social e econômico, incluindo estímulos para a paz, a solidariedade, a democracia e os direitos humanos (SÁNCHEZ, 2002).

Os mecanismos regulares da CID são: a Cooperação Técnica, caracterizada pela transferência de tecnologia e conhecimento; a Cooperação científica e tecnológica, marcada pelo fomento à pesquisa e o intercâmbio de informações tecnológicas; a Cooperação educacional, com programas de bolsas de estudo para estrangeiros; e a Cooperação humanitária, destinada às respostas emergenciais com a doação de alimentos, medicamentos e ajuda com desastres naturais (PUENTE, 2008).

Quanto às modalidades da CID, destacam-se: a Cooperação Norte-Sul ou Cooperação Vertical, realizada entre países desenvolvidos e em desenvolvimento; a Cooperação Sul-Sul ou Cooperação Horizontal, desenvolvida entre dois ou mais países em desenvolvimento que buscam seus objetivos de desenvolvimento de capacidades individuais e/ou compartilhados; e a Cooperação Triangular, que une esforços de países em desenvolvimento, organizações internacionais e países desenvolvidos na busca de incentivar o desenvolvimento de várias nações (MILANI *et al.*, 2014; ABC, 2021).

Dessa forma, entendendo a evolução da cooperação internacional para o desenvolvimento a partir das influências históricas que a formam, veremos um de seus mecanismos, a Cooperação Técnica Internacional.

COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL

Um dos mecanismos regulares da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento é a Cooperação Técnica Internacional (CTI), que abrange projetos e programas intergovernamentais, sejam bilaterais ou multilaterais, a fim de contribuir para o desenvolvimento por meio da troca de conhecimentos e experiências, além de outras atividades de treinamento e capacitação (LOPES, 2011).

No âmbito das Nações Unidas, a CTI era tratada como assistência técnica internacional, conforme Resolução 200 na Assembleia Geral de 1948. Esta resolução considerava a falta de especialistas e de organização técnica como obstáculos ao desenvolvimento. Além disso, a ênfase era centrada na assistência técnica para o desenvolvimento econômico, cujos objetivos eram: a transferência não-comercial de técnicas e conhecimentos; a redução do desnível quanto ao desenvolvimento alcançado por receptor e prestador; a execução de projetos em conjunto, envolvendo peritos, treinamento de pessoal, material bibliográfico, equipamentos, estudos e pesquisas.

Nesse período, a CIT passou a ser promovida como possibilidade de desenvolvimento econômico e social para países que estavam passando pelo processo de descolonização e aqueles que, de forma direta ou indiretamente, foram afetados pela Segunda Guerra Mundial (MILANI, 2017). Dessa forma, a assistência técnica levaria a melhorias econômicas e sociais para países em desenvolvimento por meio de empréstimos de dinheiro, concessão de técnicos, serviços e materiais de modo unidirecional e com condicionantes.

Nessas mesmas linhas de considerações, conforme Resolução 521, foi criado o *Expanded Programme of Technical Assistance* (EPTA), em 1954. Como traz a Resolução 222 (XI), a EPTA teve a finalidade de ajudar os países subdesenvolvidos a fortalecer suas economias nacionais por meio do desenvolvimento de suas indústrias e agricultura. Ademais, pretendeu promover a independência econômica e

política para garantir a obtenção de níveis mais elevados de bem-estar econômico e social para toda a população. Isso seria propiciado por um Fundo de Reserva, em colaboração com o Banco Mundial, em que os Estados-membros contribuíram para patrocinar as prestações de assistência técnica e de especialistas em áreas particulares (FAO, 1954).

Assim, após a primeira década do programa, a ONU substituiu o termo assistência técnica por cooperação técnica, em 1959, a partir da Resolução 1383, que passou a designar o termo para o programa ordinário de assistência técnica, bem como o *Expanded Programme of Technical Assistance*. É válido considerar que algumas mudanças significativas marcaram o cenário internacional, como a Revolução Cubana (1953 – 1959) e a Guerra Fria, o que culminou no isolamento de alguns países que ficavam restritos a receber o programa de cooperação técnica ou qualquer ajuda financeira, por conta de seu alinhamento político (MILANI *et al.*, 2014).

Nesse período, os países desenvolvidos e a própria ONU consideravam que os países em desenvolvimento tinham uma economia focada na agricultura, o que levava a necessidade de industrialização. Desse modo, a cooperação técnica era necessária para que os países recipiendários investissem em áreas prioritárias, e, por outro lado, os países doadores aumentassem suas contribuições de modo bilateral ou multilateral (CURADO, 2013). A Resolução 1383 ressaltava, ainda, que os recursos para o ano de 1960 não conseguiriam manter metade dos trabalhos realizados, principalmente, com a adição de novos países receptores.

Sobre isso, importa destacar que o aumento da contribuição era necessário para a realização dos programas da ONU. Contudo, a economia norte-americana, uma das quais mais injetava investimentos nesses projetos entrava em uma época de recessão em virtude dos altíssimos gastos militares na guerra do Vietnã, iniciada em 1955 e da queda de produção nas indústrias, além do acúmulo de bens como carvão e petróleo levou a entrada de juros elevados e um aumento considerável na inflação não apenas norte-americana, mas em outros Estados (GASPAR, 2015; SOUZA, 2015).

A mudança terminológica de “assistência” para “cooperação” traz uma nova compreensão que foi necessária para a época. O primeiro termo possui características de unilateralidade e verticalidade presentes durante o pós-guerra. Enquanto o segundo, abrange aspectos de multilateralidade e de horizontalidade, ou

seja, comutatividade de direitos e deveres entre os cooperantes. Desse modo, isso propicia um maior equilíbrio de poder e noção de isonomia entre os atores envolvidos.

Destarte, a CIT abrange interações diversas, em que se adicionam atores não estatais (organizações não governamentais e / ou empresas multinacionais), além da mudança de papel de países receptores, pois passaram a ser doadores, ou ainda, acumularam ambas funções. Ademais, consiste em programas e projetos negociados entre Governos e/ou outros atores internacionais, em arranjos bilaterais ou multilaterais e implementados por agentes governamentais e/ou não governamentais. O objetivo é contribuir com o desenvolvimento dos países cooperantes por meio da troca de experiências e conhecimentos e demais atividades de treinamento e capacitação (ABC, 2021).

A CTI se tornou um instrumento estratégico para o desenvolvimento provendo mudanças estruturais, por meio de seus auxílios, nos campos sociais e econômicos, gerando benefícios em setores como gestão pública, energia, educação, agricultura e saúde, o que permitiu a construção de instituições mais sólidas, a partir dos treinamentos e outras ferramentas oferecidas e trabalhadas durante a execução dos projetos (ABC, 2021).

Em relação ao Brasil, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC, 2021, p.5) define CIT como:

[...] uma intervenção temporária destinada a promover mudanças qualitativas e/ou estruturais em um dado contexto socioeconômico, seja para sanar e/ou minimizar problemas específicos identificados naquele âmbito, seja para explorar oportunidades e novos paradigmas de desenvolvimento.

Os esforços da CIT como uma intervenção temporária demonstram o entendimento da importância de propiciar condições técnicas para que países solucionem problemas específicos em uma dada área. Além do mais, ao nível doméstico, já existem agências especializadas em CIT que, dentre os objetivos, visam o desenvolvimento de programas e projetos para assistir outros países.

No Brasil, a CTI foi fomentada com a concessão de empréstimos e assistência técnica provenientes dos Estados Unidos em 1950. Isso possibilitou, nas décadas seguintes, a obtenção de novos recursos que teve como consequência a criação de burocracias específicas para potencializar e estruturar as assistências

técnicas recebidas, como a formação da Comissão Nacional da Assistência Técnica estabelecida pelo Decreto n. 28.799 de 27 de outubro de 1950 (MILANI, 2017).

A Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT), inicialmente, tinha a função de elaborar os planos de assistência técnica no nível regional, estadual e federal, realizando estudos para a solução e / ou mitigação de problemas relacionados ao desenvolvimento nacional (ABC, 2021; MILANI, 2017). Em 1953, o Decreto n. 34.763 de 9 de dezembro aprovou regulamento da CNAT e determinou a sua presidência pelo Ministro das Relações Exteriores e, no seu impedimento, pelo Secretário Geral Adjunto para Assuntos Econômicos, na qualidade de Vice-Presidente. Ademais, passou a monitorar os projetos desenvolvidos e a promover relatórios sobre as contribuições brasileiras nos programas de assistência técnica dos órgãos internacionais.

Durante a década de 1950–60, o cenário internacional oriundo da Guerra Fria contribuiu para uma aproximação entre Brasil e Estados Unidos, o que impulsionou a cooperação técnica, como a criação, por meio do Decreto n. 45.660 de 30 de março de 1959, do Escritório Técnico de Coordenação dos Projetos e Ajustes Administrativos. Em 1965, foi criado o Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (CONTAP) no âmbito do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. O CONTAP englobou as funções da CNAT e buscou gerir os recursos financeiros provenientes dos EUA (MILANI, 2017; LIMA, 2017).

Essas mudanças institucionais realçam a ênfase na estruturação de agências especializadas estratégicas para o desenvolvimento nacional da cooperação recebida. Como exemplo, é possível citar a criação, em 1971, da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) vinculada ao Ministério das Relações Exteriores.

A FUNAG objetiva, conforme Milani (2017), realizar e promover atividades culturais e pedagógicas no campo das relações internacionais; realizar e promover estudos e pesquisas sobre problemas atinentes às relações internacionais; divulgar a política externa brasileira em seus aspectos gerais; contribuir para a formação no Brasil de uma opinião pública sensível aos problemas da convivência internacional; e outras atividades compatíveis com suas finalidades e estatuto.

Nessas mesmas linhas de considerações, em 1973, foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), possibilitando a modernização da pesquisa agrícola. Desse modo, a CTI passa a ser direcionada para além da concretização da modernização técnica, mas como ferramenta da política externa

brasileira, devido à sua agenda multilateral direcionada à Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (LIMA, 2017; MILANI, 2017).

Somente em 1980–90, em um contexto de crise política doméstica e de transição para a redemocratização que o Brasil direciona a CTI para os países do sul global. Nesse cenário, por meio do Decreto Nº 94.973 de 25 de setembro de 1987, foi criada a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) que tinha a finalidade, à princípio, de regulamentar, executar, acompanhar e avaliar as cooperações técnicas realizadas com o país, tanto bilateral, quanto multilateral, desde que sejam campos reconhecidos pelas organizações internacionais e pelo Brasil (MILANI, 2017; ABC, 2021).

A CIT no Brasil, por meio da ABC, atua em duas vertentes principais: a cooperação do exterior para o Brasil e a cooperação do Brasil para o exterior ou Cooperação Sul-Sul. A primeira pode acontecer pela atuação bilateral com países desenvolvidos, bem como pela atuação multilateral com organizações internacionais. Já a segunda, se desenvolve a partir das demandas recebidas nas embaixadas, podendo ser: bilateral, em que o Brasil é o doador e existe outro país a ser o receptor; trilateral, em que o Brasil com outro país realiza uma troca para o país receptor; multilateral, quando a CTI é desenvolvida com um grupo de países ou organismos internacionais (ABC, 2021).

Isto posto, a CTI configurou-se como um instrumento auxiliar da promoção do desenvolvimento nacional e principalmente um mecanismo de estreitamento das relações entre países (ABC, 2021; MILANI, 2017). Percebe-se então, que desde os anos 1960 há uma maior utilização e regulamentação no Brasil da CTI e um dos principais parceiros estratégicos do país é a Alemanha, com os projetos para a indústria, o setor agropecuário, e atualmente o setor ambiental

COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL ENTRE BRASIL E ALEMANHA

A cooperação técnica internacional, especialmente o intercâmbio científico e tecnológico, bem como os acordos bilaterais entre o Brasil e a Alemanha, por vezes, se sobrepõem às dificuldades no âmbito político e econômico. Segundo Oliveira (2011, p. 6), “após a Segunda Guerra Mundial, professores, pesquisadores, universidades e peritos das duas nacionalidades retomaram contatos isolados a

partir de suas áreas de interesse”. Isso contribuiu, na década de 1960, para o fomento da colaboração técnica entre os dois países.

O Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-República Federal Alemã, promulgado a partir do Decreto n ° 54.075, de 30 de julho de 1964, foi o primeiro acordo bilateral firmado entre os dois países. Desse modo, o objetivo era, conforme o Art. 2º:

1) realizar consultas, em época adequada, sobre a preparação do programa geral da cooperação prevista neste acordo, para considerar as medidas necessárias à execução dos programas e projetos específicos, objeto dos convênios complementares que hajam sido concluídos; 2) tomar em consideração todos os elementos relevantes para que o programa e os projetos específicos se integrem no planejamento regional, ou global, do Brasil; 3) estabelecer procedimentos adequados à fiscalização e à análise periódica do programa e dos projetos, a ser feita por ocasião da consulta referida na alínea 1), visando a obter, no mais curto prazo, o máximo de aproveitamento dos recursos neles investidos; 4) fornecerem-se mutuamente todas as informações pertinentes e relevantes à cooperação técnica regulada por este Acordo (BRASIL, 1964, Art. 2).

O Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-República Federal Alemã foi um dos primeiros firmados pelo governo brasileiro no que diz respeito à CTI. Um acordo semelhante foi proposto aos EUA, em 1962, um ano após a criação do Ministério para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ).

Salienta-se que o Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-República Federal Alemã de 1964 enfatizou as instruções basilares e as atribuições de cada um dos governos e de suas instituições executoras. Dessa forma, tornou-se um meio jurídico que traçaria as diretrizes para os futuros acordos bilaterais do Brasil e, principalmente, para os países doadores definirem seus custos, tais como o envio de profissionais, alojamento, remuneração, aquisição e transporte de equipamentos, além da garantia dos meios de apoio por parte do governo alemão (VALENTE, 2010).

A partir desse Acordo, vários convênios complementares de projetos individuais de cooperação técnica foram concluídos. Em 1969, os países estabeleceram outra parceria importante, o Acordo Geral de Cooperação em Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico, chamado também de Acordo Quadro. Este proporcionou a troca de informações entre pesquisadores e

profissionais técnicos que levaram a novas descobertas nas pesquisas científicas, a exemplo, o campo tecnológico e de energia nuclear (OLIVEIRA, 2011).

A princípio, os programas enviaram peritos como enfermeiras, professores primários e técnicos para universidades, de modo a formar especialistas. Desta forma, possibilitou o oferecimento de cursos, treinamentos, estágios e especializações, além da transferência de *know-how*, via empresa, professores, técnicos e peritos da Alemanha. Todavia, nas universidades as pesquisas obtiveram pouco sucesso, em virtude do viés político e do papel que o setor administrativo desempenhava para a seleção desses projetos (THIESEN, 2010).

Salienta-se que no pós Segunda Guerra Mundial, a Alemanha foi um dos países mais afetados em virtude da separação de seu território em Ocidental e Oriental. Nesse cenário, a Alemanha Ocidental se tornou um dos principais receptores do Plano Marshall, que segundo Schain (2014), recebeu cerca de 1.204 milhões de dólares entre 1948 – 1951.

A recuperação institucional e financeira da Alemanha permitiu a mudança de *status* de país receptor para doador. Essa mudança foi possibilitada por sua estrutura institucional, classificada por Valente (2010, p.90) como “um dos sistemas de cooperação mais complexos e perfeitos, servindo de modelo a outros países”, e uma estrutura financeira montada para o recebimento dos recursos advindos no Plano Marshall.

Um dos principais instrumentos para o recebimento desses investimentos foi o KfW *Bankengruppe* (Grupo de bancos KfW), que durante o período de 1948 a 1960 objetivava reaquecer a economia alemã. Em 1952, a Alemanha já era membro fundador do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e da Comunidade Europeia de Carvão e Aço, o que acarretou uma confiança na economia do país.

No começo da década de 1960, o KfW *Bankengruppe* foi adquirindo relevância internacional, uma vez que passou a financiar exportações e investimentos alemães (VALENTE, 2010). Além disso, o compromisso do Parlamento alemão com uma política Norte-Sul ativa, bem como a defesa dos interesses da indústria de exportação contribui para a promoção da CID, especialmente por meio da CTI (HERNANDEZ; ROEHRKASTEN, 2011).

O KfW *Bankengruppe* se tornou um banco fundamental para a promoção da CTI, contribuindo, em 1961, para a criação do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ). Desse modo, KfW *Bankengruppe* se tornou o

braço financeiro do BMZ (BMZ, 2022). Importa mencionar ainda, que o BMZ é independente do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, cujo objetivo é elaborar as diretrizes de política de cooperação para o desenvolvimento, implementando-as de modo nacional e internacional (VALENTE, 2010).

O BMZ teve a responsabilidade, inicialmente, em prestar assistência técnica. Mas, a partir de 1972 se tornou responsável também pela cooperação financeira. Por outro lado, o Ministério das Relações Exteriores ficou incumbido de definir as prioridades da política externa, que inclui a alocação da assistência para outros países (HERNANDEZ; ROEHRKASTEN, 2011). O BMZ, em 1993, foi renomeado para Ministério para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento. E em 1998, passou a integrar o Conselho de Segurança Federal da Alemanha, a fim de contribuir para a resolução de problemas globais.

A cooperação entre Brasil e Alemanha, entre 1960 a 1980, tinha como característica a técnica e a financeira. A região do Nordeste foi a principal recebedora dos envios financeiros alemães e os recursos eram destinados para o saneamento básico, agricultura e a eletricidade em áreas rurais. Nesse sentido, a Cooperativa Pindorama, criada em 1960, com sede em Alagoas, foi o primeiro projeto de cooperação Brasil-Alemanha no nordeste do Brasil (OLIVEIRA, 2010; THIELSEN, 2010).

Vale acrescentar que a CTI é uma importante ferramenta diplomática, uma vez que busca renovar a imagem do país a partir do diálogo contínuo com outros países. Dessa maneira, a cooperação alemã surge como uma política de imagem, mostrando ser um país renovado, tendo como valores, por exemplo, a proteção do meio ambiente, os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável (HERNANDEZ; ROEHRKASTEN, 2011).

O BMZ, em 1993, foi renomeado para Ministério para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento. E em 1998, passou a integrar o Conselho de Segurança Federal da Alemanha, a fim de contribuir para a resolução de problemas globais. É nesse cenário que o segundo Acordo de Cooperação Técnica com a República Federal da Alemanha, celebrado entre o Brasil e a Alemanha em 17 de setembro de 1996, foi promulgado por meio do Decreto n. 2.579, em 6 de maio de 1998.

O novo Acordo foi composto por 11 artigos e redefiniu questões como o tipo de apoio, os instrumentos, quais despesas seriam custeadas pelo governo alemão e

quais as atribuições seriam de responsabilidade do governo brasileiro. Ademais, há um detalhamento acerca das especificidades de cada projeto de cooperação técnica assinado pelos países conforme os anos. Destarte, sua maior diferença é a apresentação da vigência do acordo, conforme o Art. 11:

[...] O presente Acordo terá a vigência de 5 (cinco) anos e será automaticamente prorrogado por períodos sucessivos de 1 (um) ano, desde que uma das Partes Contratantes não venha a denunciá-lo por escrito, com uma antecedência mínima de 3 (três) meses antes do término do respectivo prazo de vigência. 3. As disposições do presente Acordo permanecerão em vigor para os projetos de cooperação técnica iniciada até a data de sua expiração, desde que as Partes Contratantes não disponham o contrário. (...) 5. O presente Acordo será aplicado também aos projetos de cooperação técnica firmados pelos Governos já iniciados no momento de sua entrada em vigor (BRASIL, 1998, Art. 11).

A Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), em alemão *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit*, fundada em 1975, é a principal agência de execução da cooperação técnica no Brasil. A GIZ integra três agências de cooperação técnica: *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* (*Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* (GTZ); Sociedade Internacional para a Formação Profissional e Desenvolvimento (InWent); e Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (*German Development Service – DED*) (HERNANDEZ; ROEHRKASTEN, 2011).

A GTZ, criada em 1975, é especializada na cooperação técnica, especialmente com o desenvolvimento de capacidades organizacionais e de desempenho, com os países parceiros da Alemanha. Além disso, apoia as organizações, instituições públicas e privadas com o intuito de torná-las mais ordenadas, eficientes e eficazes. A InWent iniciou seus trabalhos em 2002 e tem como incumbência o desenvolvimento de recursos humanos, bem como o enfoque no treinamento avançado para gestores e técnicos de países parceiros. Por fim, o Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social, estabelecido em 1963, teve a tarefa inicial de formar alemães para serem voluntários em projetos para o desenvolvimento.

No Brasil, a GIZ desenvolve projetos, principalmente, na área de meio ambiente e clima. A Alemanha é um dos países que mais se engaja no combate às mudanças climáticas, desenvolvendo projetos para fomentar energias renováveis, desenvolvimento urbano sustentável, eficiência energética e o uso sustentável da floresta tropical (GIZ, 2022).

Isto posto, a CTI entre Brasil e Alemanha vêm se aprofundando. Desde 1990 até 2014, foram cem projetos finalizados, dos quais cerca de 60% eram relacionados ao Meio Ambiente e a Agricultura. Um dos projetos mais importantes foi o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), idealizado em 1990 e tinha como financiadores o G7 (EUA, Alemanha, França, Japão, Reino Unido, Canadá e Itália).

O PPG7 tinha a finalidade de: equilibrar o desenvolvimento econômico e a proteção do meio ambiente com foco nas florestas tropicais; preservar a biodiversidade; reduzir a emissão de gás carbônico; e propiciar a cooperação entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento em temas ambientais (BANCO MUNDIAL, 1994). Com suas ações iniciadas em 1994, o PPG7 permaneceu até o ano 2000.

Com o PPG7, o Brasil teve acesso a um novo modelo de desenvolvimento, via regulamentação do mercado para conseguir manter sua conservação e ainda promover o desenvolvimento para a região que até o começo dos anos 90 não tinha uma cultura de mercado. Esse momento, então, marca uma transição brasileira, dando à região amazônica a possibilidade de entrar no mercado internacional e a Alemanha à noção e o entendimento de como se dariam novos projetos para a preservação das florestas (ANTONI, 2010).

Dessa maneira, desenvolve-se, a partir do PPG7, uma parceria mais aprofundada entre o Brasil e a Alemanha. Além do mais, acrescenta-se a longa relação bilateral entre os países e uma expectativa de conjuntamente lidarem com os desafios para a prevenção e para o controle do desmatamento da floresta amazônica (MILANI, 2017; LIMA, 2017).

Por fim, é possível destacar o desenvolvimento de projetos para o monitoramento e o controle das queimadas no Cerrado brasileiro, além da criação de um fundo para a Amazônia Legal, em 2008. Além destes, ressaltam-se os programas de parceria energética, ratificados em 2012, que teve o objetivo de financiar projetos de energia renovável e eficiência energética (MILANI, 2017; ABC, 2021).

Isto posto, vê-se durante a parceria entre Brasil e Alemanha a preocupação com a agenda ambiental, não apenas nacional, mas também internacional. A experiência adquirida a partir do PPG7 contribuiu para que os países firmassem mais um programa de cooperação técnica internacional, o Projeto de

Desenvolvimento de Capacidades para a Gestão Ambiental na Amazônia, desenvolvido entre os anos de 2011 a 2014.

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASIL-ALEMANHA (2011–2014) “DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES PARA A GESTÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA”

O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, desenvolvido a partir da década de 1990, permitiu o aprofundamento da cooperação na área ambiental entre Brasil e Alemanha. Nessas mesmas linhas de considerações, em 2005, os países iniciaram negociações para a promoção da proteção da Amazônia. A finalidade era criar um programa que aperfeiçoasse as experiências já adquiridas pelo PPG7, a fim de proteger a floresta amazônica, desenvolvendo, assim, as instituições governamentais brasileiras e não-governamentais (MMA, 2010).

Desse modo, em 2007, o governo brasileiro e alemão desenvolveram o Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). Este plano foi considerado como uma política pública que viabilizava um amplo leque de medidas, realizadas de forma integrada, resultando, por exemplo, nas expressivas reduções nas taxas anuais de desmatamento registradas (BRASIL, 2015).

O PPCDAm inclui a fase I (2004–2008), a fase II (2009–2011) e a fase III (2012–2015). As avaliações realizadas na fase II indicaram a necessidade de focar nas áreas que demonstraram maiores fragilidades em sua implementação. Por isso, durante as negociações intergovernamentais entre Brasil e Alemanha, no ano de 2010, foi discutido acerca da possibilidade de criar um projeto que entrasse em vigor no ano seguinte.

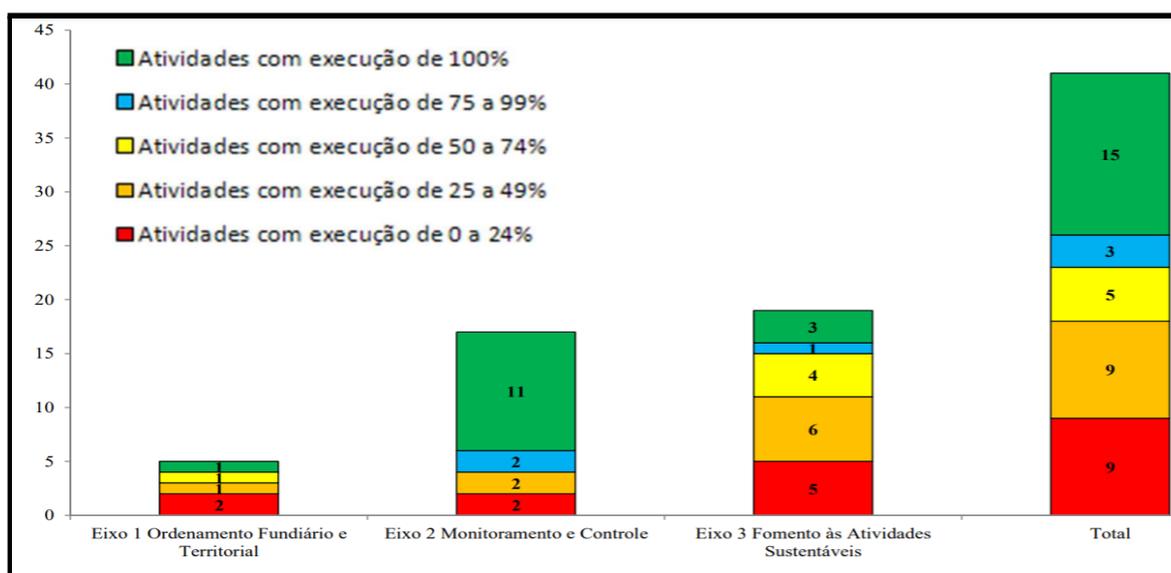
Nesse sentido, foi estabelecido, em 2011, o Projeto de Cooperação Técnica “Desenvolvimento de Capacidades no âmbito do Programa Amazônia (PCT Amazônia), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente do Brasil. A finalidade era fortalecer a capacidade das instituições governamentais brasileiras, bem como de seus parceiros não-governamentais e do setor empresarial para a gestão

sustentável dos recursos naturais em consonância com as demais políticas ambientais do Brasil (BRASIL, 2015).

O PCT Amazônia priorizava a conservação das florestas tropicais brasileiras, principalmente a Amazônia, para a proteção da biodiversidade, bem como a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e a promoção do desenvolvimento sustentável (GIZ, 2021). Os incentivos para a execução das atividades eram provenientes do BMZ, do KfW, da GIZ e das instituições do governo brasileiro, tais como o Ministério do Meio Ambiente, ABC, as secretarias do governo do estado do Acre, Pará e Amazonas, e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Importa destacar que o PCT Amazônia complementava a fase I e a fase II do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), desenvolvendo atividades específicas entre 2011 a 2014. De modo complementar, o PPCDAm contou com um fundo de cerca de 12 milhões de euros, para desenvolver atividades em três eixos: 1. Ordenamento Fundiário e Territorial; 2. Monitoramento e Controle; 3. Fomento às Atividades Sustentáveis. Ao total, foram 41 atividades realizadas, das quais 18 tiveram uma execução maior que 75% (MMA, 2010; CEPAL, IPEA, GIZ, 2011).

Gráfico 1: Execução das atividades



Fonte: CEPAL; IPEA. GIZ (2011).

Conforme o gráfico acima, percebe-se que o Eixo 3, nas questões de Fomento às Atividades Sustentáveis, teve poucos resultados positivos durante os

anos do projeto. Das 19 atividades, apenas 4 conseguiram uma taxa de execução maior que 75%. Ademais, tais atividades tinham como objetivo a promoção de um modelo de desenvolvimento com o uso florestal sustentável. Entretanto, a avaliação do PPCDAm, em 2011, conclui que não foram suficientes para impactar diretamente o nível de desmatamento.

O Eixo 1, Ordenamento Fundiário e Territorial, também apresentou uma baixa execução com apenas um das cinco atividades propostas demonstrando execução maior que 75%. É possível afirmar que estes resultados foram afetados pelas políticas públicas para a regularização de lotes fundiários e ambientais. Assim, para ter um melhor resultado desse eixo, era importante que ocorresse uma reformulação da estrutura institucional.

Vale mencionar que o melhor resultado foi no Eixo 2, Monitoramento e Controle, tendo 11 atividades com a absoluta execução, ainda que recomendado certas melhorias, tais como um maior planejamento integrado dos órgãos responsáveis e a melhora no Cadastro Ambiental Rural (CAR) (CEPAL; IPEA; GIZ, 2011).

Do PPCDAm, é possível verificar a redução da taxa de desmatamento da Amazônia no Brasil. Segundo o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE)⁴, essa taxa em KM² foi de 11.651, em 2007, para 7.000 em 2010, conforme traz a figura 2. Esse resultado positivo revela que a cooperação com a Alemanha pode ter contribuído para a mitigação do problema de desmatamento na Amazônia.

Importa ressaltar que as ações do PPCDAm foram concentradas nas questões de comando e controle, não priorizando uma execução a partir do modelo sustentável de desenvolvimento para a área amazônica. O principal problema identificado foram questões que envolvem a estratégia e a governança (CEPAL; IPEA; GIZ, 2011).

Gráfico 2: Evolução do Desmatamento na Amazônia Legal (2000–2015)

⁴ Disponível em: <<https://www.gov.br/inpe/pt-br>>. Acesso em: 07 mar. 2022.



Fonte: BRASIL. Inpe. Projeto Prodes: Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. 2010. Disponível em: <<http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/map/deforestation?hl=pt-br>>. Acesso em: 06 mar. 2022.

A criação do PPCDAm se deve, então, ao cenário amazônico, que traz uma população crescente e um modelo de ocupação territorial desordenado marcado pela exploração dos recursos naturais por fazendeiros, madeireiros, mineradores e outros que utilizam essa área e prejudicam a biodiversidade do local.

Conforme gráfico 2, entre os anos de 2004–2008 (I fase do PPCDAm) apresentou uma redução significativa do desmatamento. Entre os anos 2009–2011 (II fase do PPCDAm), ainda é possível observar que os números apresentaram uma leve redução. Por fim, entre 2012 e 2015, ocorreu um leve aumento se comparado a fase II. Com isso, ficou evidente a necessidade de fomentar a transição do atual modelo de produção predatória para um modelo sustentável de desenvolvimento, integrando as ações do governo federal com estados e municípios (MMA, 2011).

Em relação às ações desenvolvidas pelo Projeto de Cooperação Técnica (PCT) Amazônia, na área prioritária sobre as florestas tropicais, foram desenvolvidos os eixos: 1. Áreas protegidas e gestão sustentável dos recursos naturais; 2. Demarcação e proteção de terras indígenas, planejada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI); 3. Ordenamento territorial e desenvolvimento regional; 4. Fundo Amazônia, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em parceria com o governo norueguês.

Salienta-se que os três primeiros eixos foram ações continuadas do PPCDAm. Ademais, em 2010, o total previsto para seus gastos seria de 14 milhões de euros, 12 milhões sendo investidos pelo BMZ e KfW, e o restante pelo governo brasileiro. O acompanhamento deveria acontecer por reuniões para discutir os Planos de Trabalhos e os Relatórios de Progresso anuais, apresentados pelos

consultores independentes ou Consultores da GIZ, da ABC e de outros órgãos públicos responsáveis (MMA, 2010).

De modo específico, inclui: aprimorar as bases legais, como resultado de uma estratégia de ordenamento territorial e de destinação de áreas na Amazônia; melhorar a governança de áreas protegidas na Amazônia — por meio do aprimoramento dos 25 processos de planejamento e gestão de unidades de conservação; criar condições necessárias para a implementação das normas já existentes e, com isso, reduzir o desmatamento ilegal e as invasões de áreas protegidas demarcadas, bem como aumentar a oferta de madeira legal; utilizar de maneira sustentável e valorizar os recursos naturais — com o aumento da competitividade do uso sustentável frente ao uso predatório.

Ainda sobre as ações na área prioritária sobre as florestas tropicais, as linhas de apoio do projeto abrangem: áreas protegidas e gestão sustentável dos recursos naturais, que conta como tema gestão de áreas protegidas e gestão florestal; e ordenamento territorial e desenvolvimento regional, com os temas de prevenção e controle do desmatamento, ordenamento territorial e desenvolvimento da economia local e regional, divididos por seus subtemas.

Figura 1: Linhas de Apoio da Cooperação Técnica Alemã com seus Temas e Subtemas

Linha de Apoio	Temas	Subtemas
Áreas protegidas e gestão sustentável dos recursos naturais	1. Gestão de Áreas Protegidas	- Gestão por resultados - Sustentabilidade econômica - Planejamento e governança de unidades de conservação
	2. Gestão Florestal	- Concessão florestal - Manejo florestal - Plataforma de intercâmbio em gestão florestal
Ordenamento territorial e desenvolvimento regional	3. Prevenção e Controle do Desmatamento	- Integração de iniciativas de controle do desmatamento - Regularização ambiental
	4. Ordenamento Territorial	- Integração da gestão de riscos ao ordenamento territorial - Integração dos zoneamentos da Amazônia - Regularização fundiária e ambiental
	5. Desenvolvimento da Economia Local e Regional	- Cadeias de produtos da sociobiodiversidade - Cooperação com o setor empresarial

Fonte: MMA, 2010.

A GIZ realizou um relatório em 2016, que sistematizou os resultados da Cooperação Técnica Brasil-Alemanha (2011–2014), separadas pelas linhas de apoio, seus temas e seus subtemas, conforme a figura 1.

A primeira linha de apoio, áreas protegidas e gestão sustentável dos recursos naturais, conseguiu uma boa promoção de suas instituições participantes. O tema de

gestão de áreas protegidas, que teve como foco principal as Unidades de Conservação e sua governança, concretizou por meio das capacitações e dos intercâmbios - tanto do nível internacional como do nível regional - a transferência de dados e conhecimentos entre os estados do Acre, Amazonas e Pará.

A respeito disso, ainda é válido considerar uma melhora na autonomia e na gerência desses postos. Todavia, notou-se que ainda careceu de meios de avaliação para constatar a realização dos objetivos das UCs, além de uma baixa adesão para a formação de novas políticas públicas (GIZ, 2016).

No que tange ao tema da gestão florestal, que tinha como prioridade o monitoramento, controle e implementação das concessões florestais, um de seus maiores resultados obtidos foi a realização do marco legal, proposto pelo estado do Amapá, em 2013. A finalidade foi orientar os estados na criação ou na adaptação de suas normas para uma gestão eficiente das florestas públicas sob sua jurisdição, conseguindo assim, um alinhamento das políticas estaduais e federais. Além disso, foi desenvolvido um projeto para a integração dos dados do Portal Nacional de Gestão Florestal ao Documento de Origem Florestal⁵ que possibilitou a integração dos dados, gerando um aumento na ordenação de informações florestais (GIZ, 2016).

Entretanto, a infraestrutura básica, que conta com agentes públicos e privados, bem como estruturas para a comunicação e vias de deslocamento, não tornou possível a viabilidade econômica do manejo florestal por meio das concessões florestais. Além do mais, também não foram desenvolvidos planos de manejo que abrangessem as novas concessões até 2018, ou seja, duas partes importantes etapas para a efetividade do projeto (GIZ, 2016).

Na Linha de Apoio do Ordenamento territorial e desenvolvimento regional, a preocupação central era o desmatamento. Desse modo, um dos principais marcos de seu projeto antecessor era a redução dos índices de desmatamento a longo prazo e a implementação mais abrangente do CAR. Por conta disso, o PCT Amazônia priorizou o desenvolvimento de metodologias, assim como o desenvolvimento das ferramentas necessárias para a promoção de políticas públicas e sua implementação, além da busca de apoio internacional.

Esses esforços decorreram, no âmbito internacional, no Marco de Varsóvia,

⁵ Emitido pelo Ibama, o Documento de Origem Florestal (DOF) é uma exigência para o transporte de madeira em todo o território nacional.

que determinou os requisitos para o reconhecimento de resultados de mitigação da perda florestal nos países em desenvolvimento. Isso contribuiu para a criação da Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal e o papel da Conservação Florestal, do Manejo Sustentável de Florestas e do Aumento dos Estoques de Carbono Florestal (Redd+), que se caracteriza como um mecanismo de pagamento por resultados em seus níveis de referência de emissões florestais. No âmbito internacional, houve uma redução no desmatamento durante seus anos de implementação, passando de 6418 km² em 2011, para 5012 km² em 2014 (MMA, 2016; GIZ, 2016).

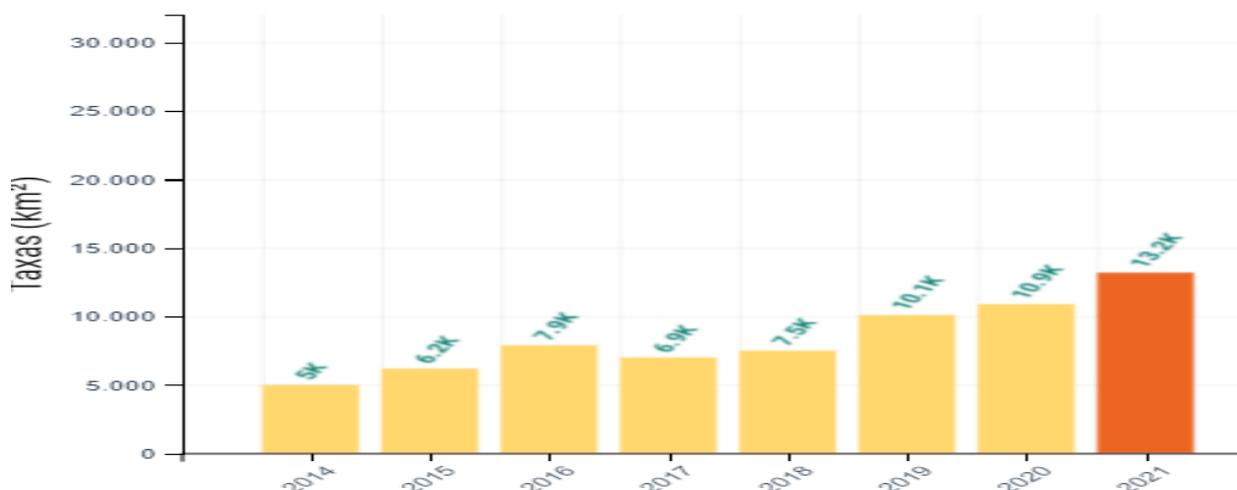
Entretanto, mesmo tendo sucesso nesses aspectos, para o objetivo proposto ainda existia o desafio da implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no Brasil, uma vez que os estados devem ser responsáveis pelo acompanhamento e a formulação das políticas a serem implementadas. Além disso, a falta de sistemas de monitoramento remotos avançados retira o desenvolvimento de estratégias que poderiam ter sido realizadas para uma resposta mais efetiva e rápida. Por isso, tornava-se importante um realinhamento das ações entre os estados, o governo federal e municipal, tanto para a fiscalização, quanto para a implementação de políticas públicas (GIZ, 2016).

É válido destacar também, a melhorias em questões de serviços e na gestão UCs, já que foi possível conciliar as questões federais e estaduais para criar um marco legal para lidar com o desenvolvimento de normas para a gestão eficiente das florestas públicas, o REDD+. Ademais, a resposta lenta dos órgãos responsáveis para os casos de queimadas ou desmatamento ilegal, bem como a falta de melhores equipamentos, dificultaram uma sistematização eficiente, tal como a falha na implementação do CAR.

É possível verificar que, após o fim de sua aplicação, mesmo com resultados positivos em diversas linhas, a implementação de uma política pública de longo prazo para o controle e o combate do desmatamento não conseguiu ser realizada, como vista no gráfico 3. A partir de 2015, as taxas de desmatamento aumentaram, passando de 5 mil quilômetros quadrados para o dobro em 2019.

Gráfico 3: Taxa de desmatamento 2014–2021

Taxas de desmatamento - Amazônia Legal - Estados



FONTE: PRODES 2022.

Por fim, os resultados demonstrados do PCT Amazônia revelam que apenas com a coordenação adequada dos instrumentos e das políticas, o Brasil conseguiria alcançar um uso mais sustentável e eficiente da Amazônia (GIZ, 2016). A criação de um novo projeto de cooperação técnica entre Brasil e Alemanha, bem como a introdução de novos instrumentos de análise, poderia ser uma forma de aprofundar as ações para o manejo das florestas tropicais.

CONCLUSÃO

O presente artigo objetivou analisar o Projeto de Cooperação Técnica “Desenvolvimento de Capacidades para a Gestão Ambiental na Amazônia”, firmados entre Brasil e Alemanha entre os anos de 2011–2014. Como visto, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) esteve presente na relação entre Estados desde a Segunda Guerra Mundial, tornando o Plano Marshall o primeiro exemplo de apoio financeiro para reconstruir a Europa e outros países da Ásia e América.

À medida que a cooperação internacional se aprofundava, durante a Guerra Fria, sua complexidade também aumentava, com a ampliação de programas e projetos, bem como a inclusão de novos temas além de desenvolvimento social e financeiro, à exemplo de questões de saúde e meio ambiente. Tais temas contribuíram para as transformações de países que eram recepiendários para serem

doadores. Dessa maneira, a CID vai abranger diversos mecanismos regulares, como a cooperação Técnica internacional.

A CTI se caracteriza como uma transferência não-comercial de técnicas e conhecimentos, viabilizando o envio de peritos e treinamentos, de modo a contribuir para o desenvolvimento econômico e social dos países envolvidos, além de fortalecer a relação bilateral ou multilateral. Além disso, a CTI se tornou um instrumento estratégico para a formação de longas parcerias através de seus projetos, para setores que perpassam os campos sociais e econômicos, permitindo a construção de instituições sólidas nos países que a recebem.

Este artigo teve como principal análise a CTI entre Brasil e Alemanha firmada a partir do Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-República Federal Alemã, um dos primeiros acordos de CTI do Brasil. Esse acordo dá as instruções fundamentais e as atribuições de cada um dos governos e de suas instituições executoras, do lado brasileiro com a Agência Brasileira de Cooperação e do lado alemão o Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento e a Agência Alemã de Cooperação Internacional.

A agenda ambiental vem sendo pauta na agenda dos Estados e, como exemplo disso, citou-se o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), idealizado a partir de 1990 e que contava com a Alemanha como um dos maiores financiadores e apoiadores na questão de intercâmbio de conhecimento e técnicos. Ao adquirir essa experiência, ambos países entenderam a necessidade de prosseguir com tal projeto para a proteção das florestas tropicais, em especial a Amazônia.

Desse modo, foi estabelecido o Projeto de Cooperação Desenvolvimento de Capacidades para a Gestão Ambiental Na Amazônia (PCT Amazônia), realizado entre 2011–2014. O PCT Amazônia contou com quatro eixos de ação, e destes, três de suas linhas foram continuadas do Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). O objetivo foi centrado nas melhorias das instituições, bem como no consumo sustentável a fim de criar uma política pública que não apenas integrasse um sistema para o registro e o combate do desmatamento, como também conseguisse reduzir os índices anuais.

O PCT Amazônia alcançou resultados importantes, como a ampliação nos serviços das Unidades de Conservação, um marco legal para o auxílio nas normas

para uma gestão florestal, bem como uma melhor administração das instituições criadas a partir desse projeto. Nota-se então, que para a manutenção da floresta tropical, era necessária uma aplicabilidade de medidas para o comando e o controle com incentivos econômicos e instrumentos de mercado. O que começou a ser instrumentalizado nesse projeto, mas não incluindo como uma realização.

Importante destacar também, a dificuldade do projeto em conseguir coordenar as políticas ambientais federais e estaduais, a fim de ter uma melhor sistematização das leis e normas. A partir de 2015, um ano após a conclusão do projeto, a taxa anual de desmatamento começou a subir e as políticas implementadas, bem como todas as ações implementadas revelavam a necessidade de melhorias pontuais na questão do controle e monitoramento, como na melhoria dos aparelhos para uma resposta mais rápida, tanto do serviço ambiental brasileiro, quanto dos órgãos que sistematizam essas taxas.

Todavia, mesmo com suas falhas é relevante notar que o projeto ainda consegue ser bem-sucedido, mostrando que as relações bilaterais entre os países e mais ainda, os projetos de cooperação técnica trouxeram benefícios para o desenvolvimento social e econômico da área, bem como uma melhora na gestão das áreas florestais. Isso pode ser levado para além de uma experiência, um referencial para abordar, em futuros projetos, os desafios vistos para a plena execução das atividades propostas.

REFERÊNCIAS

Agência Brasileira de Cooperação. ABC — Ministério das Relações Exteriores, 2021. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Historico>>. Acesso em: 6 dez. 2021.

Agência Brasileira de Cooperação. ABC — Ministério das Relações Exteriores, 2012. **Guia da Cooperação Técnica Internacional**. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarConteudo/1096>>. Acesso em: 6 dez. 2021.

Agência Brasileira de Cooperação. **Histórico, Sobre a Cooperação Técnica Brasileira**. ABC, 2021. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/SobreABC/Historico>>. Acesso em: 7 dez. 2021.

ALMINO, J.; LIMA, S. (org.). **30 Anos da ABC: Visões da CTI brasileira**. Coleção Política Externa Brasileira. Brasília: Funag, 2017. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1193-30-anos-ABC_05_05_V_7.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022

ALVES, J. A. Lindgren. **A Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social e os paradoxos de Copenhague**. Revista Brasileira de Política Internacional. 1997, v. 40, n. 1, pp. 142-166. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-73291997000100006>>. Acessado em 3 jan. 2022.

AFONSO, M.M; FERNANDES, A.P. **Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento**. abCD. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr/Oikos, 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/308748789_abCD_Introducao_a_Cooperacao_para_o_Developolvimento>. Acesso em: 3 jan. 2022.

ANTONI, Giorgio De. **O programa piloto para proteção das florestas tropicais do Brasil (PPG-7) e a globalização da Amazônia**. Ambiente & Sociedade. 2010, v. 13, n. 2. Pp. 299–313. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-753X2010000200006>>. Acesso em: 24 fev. 2022.

AYLLÓN, B. **La cooperación internacional para el desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la teoría de las relaciones internacionales**. Carta Internacional, v. 2, n. 2, p. 32-47, out. 2007 Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/416>>. Acesso em: 24 fev. 2022.

AYLLÓN, B. **A Cooperação Triangular e as Transformações da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. IPEA, jun. 2013. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19112>. Acesso em: 19 mar. 2022.

BARRETO, P. H. **História Bretton Woods**. Edição 50, ano 6, Brasília, 2009. IPEA, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2247:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 01 abr. 2022.

BRASIL, Decreto Legislativo. **Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-República Federal Alemã**. Brasília, DF, 1964. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54075-30-julho-1964-394123-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Publicações do Projeto de Cooperação Técnica Brasil-Alemanha Desenvolvimento de Capacidades para a Gestão Ambiental na Amazônia**. Brasil, 2015. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/DCOM_Publicacao_dos_Projetos_de_Cooperacao_Tecnica_brasil_alemanha.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Projeto “Desenvolvimento de Capacidade para a Gestão Ambiental na Amazônia”**. Brasília, 2010. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/images/publicacoes/florestas/Catalogo/Introducao/PCT_Brasil_Alemanha.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2022.

CEPAL; IPEA; GIZ. **Avaliação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal: PPCDAm: 2007-2010**. Repositório de Conhecimento do IPEA, Outubro 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/885>>. Acesso em: 04 mar. 2022.

CURADO, Marcelo. **Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro**. Economia e Sociedade. 2013, v. 22, n. 3, pp. 609-640. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-06182013000300002>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

DE ABREU, Fernando José Marroni. **A evolução da Cooperação Técnica Internacional no Brasil / The evolution of international technical cooperation in Brazil**. Mural Internacional, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 3-16, dez. 2013. ISSN 2177-7314. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/8658>>. Acesso em: 07 dez. 2021.

Economic development of under-development countries. United Nations, 1949. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/214067?ln=en>>. Acesso em: 21 fev. 2022.

FERREIRA, Patrícia M. **Ajuda ao desenvolvimento : Revisão do Conceito e novas abordagens**. Instituto Marquês Valle Flôr, 2014. Disponível em: <<https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2018/03/brief1junho2014.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2021.

FONSECA, Luiz Eduardo e ALMEIDA, Celia. **International cooperation and health policy implementation in a post-conflict situation: the case of East Timor**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos. 2015, v. 22, n. 1. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702015000100007>>. Acessado em: 6 de dez. 2021.

GASPAR, Ricardo Carlos. **A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos**. Cadernos Metrópole. 2015, v. 17, n. 33, pp. 265 – 296. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3312>>. Acesso em: 2 fev. 2022.

GERHARDT T. E.; SILVEIRA D. T. **Métodos de Pesquisa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 22 de mar. de 2022.

HERNANDEZ, M.; ROEHRKASTEN, S. **A COOPERAÇÃO ALEMÃ PARA O DESENVOLVIMENTO: CONTEXTO INSTITUCIONAL E PRIORIDADES POLÍTICAS**. Revista Tempo do Mundo, v. 3, n. 3, p. 155-195, 10 dez. 2011. disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/95>>. Acesso em: 24 fev. 2022.

LIMA, A. C. S. **Notas (muito) breves sobre a cooperação técnica internacional para o desenvolvimento**. In: SILVA, Kelly Cristiane da; SIMIÃO, Daniel Schroeter

(Org.). Timor-Leste por trás do palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 417-425. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/NnDLm537LtzfcqYsT4z6ZDd/?format=html&lang=pt>> Acessado em: 5 dez. 2021.

LEITE, I. C. et al. **A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – debates e práticas**. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, v. 3, n.1, Junho/ 2018 , pp. i-vi. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/article/view/41115/20574>>. Acesso em: 21 dez. 2021.

LOPES, L. L. Al. **O Brasil no regime da cooperação internacional para o desenvolvimento: quoi de neuf?** In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo. Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais — USP, Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000122011000300008&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 21 fev. 2022.

MILANI, C. R. S. **Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul**. Caderno CRH. 2012, v. 25. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-49792012000200003>>. Acessado em: 6 dez. 2021.

MILANI, C. R. S. et al. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24257>. Acesso em: 6 dez. 2021.

MILANI, C. **ABC 30 anos: história e desafios futuros**. Brasília: ABC, 2017. Cap. 1: Breve histórico da ABC e Cap. 2: Cooperação técnica internacional: modalidades, setores e parcerias. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarConteudo/729>>. Acesso em: 21 fev. 2022.

MRE/ABC. **Diretrizes para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional Multilateral e Bilateral**. Brasília: ABC, 2021. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarConteudo/690>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

OLIVEIRA, I. F. **Leituras sobre a cooperação entre o Brasil e a República Federal da Alemanha (1960-1982)**. Associação Nacional de História, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, junho, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308152112_ARQUIVO_Cooperacao-TextoAnpuh-MAR2011.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2022.

PUENTE, C. A. I. **A cooperação técnica horizontal como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento — CTPD - no período 1995–2005**. Instituto Rio Branco, 2008. Disponível em:

<http://funag.gov.br/loja/index.php?route=product/product&path=71&product_id=429>. Acesso em: 22 dez. 2021.

_____. **Relatório de Atividades do Fundo Amazônia**. Fundo Amazônia, 2020.

Disponível em:

<http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/rafa/RAFA_2020_port.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2022.

SANTO, A. E. **Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**: A política externa brasileira voltada para o continente africano (PALOP) no período de 2003-2010. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, São Francisco do Conde, BA. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/889/1/2018_proj_asanto.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

SANTOS, C. G. dos; CARRION, R. da S. M. **Sobre a governança da cooperação internacional para o desenvolvimento: atores, propósitos e perspectivas**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, RJ, v. 45, n. 6, p. 1847 a 1868, 2011. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7062>>. Acesso em: 6 dez. 2021.

SÁNCHEZ, E. R. **Cooperacion y desarrollo**: nueve preguntas sobre el tema. Ciberoamericana, Espanha, v.1. 2002. Disponível em: <http://www.ciberoamericana.com/documentos/introcoopdes/Cooperacion_y_desarrollo_Nueve_preguntas_sobre_el_tema.pdf> Acesso em: 6 dez. 2021.

SHAIN, M. A. **The Marshall Plan**: Fifty Years After. 1ª edição. Londre: Palgrave MacMillan, 14 jan. 2014. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Marshall-Plan-Fifty-Years-After/dp/134962750X#detailBullets_feature_div>. Acesso em: 01 mar. 2022.

Sobre Nós. ONU, 2021. Disponível em: <<https://www.un.org/en/about-us>> Acessado em: 6 de dez. 2021.

SOUZA, P. H. N. **A Organização das Nações Unidas e a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no Brasil**: um breve relato sobre a incorporação de projetos de cooperação Sul-Sul como prioridade para as Nações Unidas no Brasil desde 2007. Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:D5vJoZ8rJSsJ:https://bdm.unb.br/bitstream/10483/13515/1/2015_PedroHenriqueNascimentoSouza.pdf+&cd=7&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 01 de fev. de 2022.

Technical assistance to underdeveloped areas. Food and Agriculture Organization of the United Nations, 1949. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/x5579E/x5579e09.htm#d.%20preliminary%20preparation%20for%20the%20expanded%20program>> Acesso em: 21 fev. 2022.

The Pilot Program to Conserve the Brazilian Rain Forest. World Bank Document, 1994. Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/882571468225309829/pdf/455190WP0BOX0334106B01PUBLIC1.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2022.

THIESEN, A. C. B. **Os acordos de cooperação técnica entre Brasil e Alemanha a partir da década de 60:** os esforços para a promoção de ações de intercâmbio científico e tecnológico no estado de Santa Catarina. Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/10787/1/105580_Ana_Julia.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2022.

TOMAZINI, R. C. **Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul:** uma análise comparativa de seus princípios e desafios de gestão. Carta Internacional, 12(1), 28–48. Disponível em: <<https://doi.org/10.21530/ci.v12n1.2017.632>>. Acesso em: 19 dez. 2021.

VALENTE, R. C. **A GTZ no Brasil.** 1ª edição, Rio de Janeiro: E-papers, 2010. Disponível em: <https://www.e-papers.com.br/apresenta.asp?codigo_produto=2784#:~:text=A%20GTZ%20no%20Brasil,institucional%20das%20ações%20de%20cooperação>. Acesso em: 28 fev. 2022.